

POLÍTICAS DE ESCRITA E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E DECOLONIAIS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA: ESCRIVIVÊNCIA, LUGAR DE FALA E A VOZ SUBALTERNA COMO MÉTODO

WRITING POLITICS AND FEMINIST AND DECOLONIAL EPISTEMOLOGIES IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN PSYCHOLOGY: ESCRIVIVÊNCIA, PLACE OF SPEECH AND THE SUBALTERN VOICE AS METHOD

POLÍTICAS DE ESCRITURA Y EPISTEMOLOGÍAS FEMINISTAS Y DECOLONIALES EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN PSICOLOGÍA: ESCRIVIVÊNCIA, LUGAR DE HABLA Y LA VOZ SUBALTERNA COMO MÉTODO

Carolina de Castro¹
Idália Medeiros Guerra²
Herbert dos Santos Bangoim³
Virna Costa Ribeiro⁴
Nicole Agnes Nunes de Araújo⁵

RESUMO: O presente artigo analisa as políticas de escrita e as epistemologias feministas e decoloniais como possibilidades metodológicas para a produção de conhecimento em psicologia, tomando a escrevivência, o lugar de fala e a voz subalterna como operadores conceituais centrais. Considerando a hegemonia de modelos epistêmicos eurocêntricos e masculinistas que historicamente conformaram o campo psi, objetiva-se discutir as contribuições de autoras como Gayatri Spivak, bell hooks, Djamila Ribeiro, Gloria Anzaldúa, Conceição Evaristo, Fernanda Felisberto, Margareth Rago, Camila Sosa Villada e pesquisadoras brasileiras do campo da psicologia para a construção de práticas de pesquisa e escrita que reconheçam a corporificação, a localização e a parcialidade como condições de todo saber. Para tanto, procede-se a um estudo teórico que articula epistemologias feministas e decoloniais, escrevivência e escritas de si como método, e políticas de escrita na psicologia como práticas de resistência. Desse modo, observa-se que essas perspectivas oferecem ferramentas potentes para uma psicologia comprometida com a justiça epistêmica e com a transformação social, o que permite concluir que escrever desde as margens constitui não apenas opção metodológica, mas posicionamento ético e político diante das desigualdades que atravessam o campo da produção de conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologias feministas. Decolonialidade. Escrevivência. Lugar de fala. Psicologia.

¹Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

²Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

³Psicólogo formado pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

⁴Psicóloga formada pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

⁵Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

ABSTRACT: This article analyzes writing politics and feminist and decolonial epistemologies as methodological possibilities for the production of knowledge in psychology, taking *escrevivência*, place of speech, and the subaltern voice as central conceptual operators. Considering the hegemony of Eurocentric and masculinist epistemic models that historically shaped the psi field, the objective is to discuss the contributions of authors such as Gayatri Spivak, bell hooks, Djamila Ribeiro, Gloria Anzaldúa, Conceição Evaristo, Fernanda Felisberto, Margareth Rago, Camila Sosa Villada, and Brazilian researchers in the field of psychology to the construction of research and writing practices that recognize embodiment, location, and partiality as conditions of all knowledge. To this end, a theoretical study is carried out that articulates feminist and decolonial epistemologies, *escrevivência* and self-writing as method, and writing politics in psychology as resistance practices. Thus, it is observed that these perspectives offer powerful tools for a psychology committed to epistemic justice and social transformation, which allows us to conclude that writing from the margins constitutes not only a methodological option but an ethical and political stance in the face of inequalities that permeate the field of knowledge production.

Keywords: Feminist epistemologies. Decoloniality. *Escrevivência*. Place of speech. Psychology.

RESUMEN: El presente artículo analiza las políticas de escritura y las epistemologías feministas y decoloniales como posibilidades metodológicas para la producción de conocimiento en psicología, tomando la *escrevivência*, el lugar de habla y la voz subalterna como operadores conceptuales centrales. Considerando la hegemonía de modelos epistémicos eurocéntricos y masculinistas que históricamente conformaron el campo psi, se objetiva discutir las contribuciones de autoras como Gayatri Spivak, bell hooks, Djamila Ribeiro, Gloria Anzaldúa, Conceição Evaristo, Fernanda Felisberto, Margareth Rago, Camila Sosa Villada e investigadoras brasileñas del campo de la psicología para la construcción de prácticas de investigación y escritura que reconozcan la corporificación, la localización y la parcialidad como condiciones de todo saber. Para ello, se procede a un estudio teórico que articula epistemologías feministas y decoloniales, *escrevivência* y escrituras de sí como método, y políticas de escritura en psicología como prácticas de resistencia. De este modo, se observa que estas perspectivas ofrecen herramientas potentes para una psicología comprometida con la justicia epistémica y con la transformación social, lo que permite concluir que escribir desde los márgenes constituye no solo una opción metodológica, sino un posicionamiento ético y político frente a las desigualdades que atraviesan el campo de la producción de conocimiento.

Palabras clave: Epistemologías feministas. Decolonialidad. *Escrevivência*. Lugar de habla. Psicología.

INTRODUÇÃO

A psicologia, enquanto campo de produção de conhecimento e prática social, constituiu-se historicamente sob forte influência de matrizes epistêmicas eurocêtricas e masculinistas, ao tempo que se consolidou como ciência moderna apoiada na pretensão de neutralidade, universalidade e objetividade, enquanto silenciava, na condição de saber hegemônico, outras formas de narrar, experimentar e teorizar a vida. Percebe-se que essa hegemonia não se sustenta

apenas na escolha de autores e teorias, mas se organiza também por meio de políticas de escrita que delimitam o que pode ser considerado conhecimento legítimo, posto que o modo como se escreve é indissociável do modo como se valida o saber, tendo em vista que toda epistemologia carrega consigo um regime de enunciação.

Ao interrogar a relação entre produção de conhecimento e política, faz-se necessário reconhecer que a escrita acadêmica não é mero veículo de transmissão neutra, mas tecnologia de poder, enquanto estabelece critérios de legitimidade e inteligibilidade que operam como filtros sobre quem pode falar e sobre o que pode ser dito. Nesse sentido, Gayatri Chakravorty Spivak, ao formular a célebre questão acerca da possibilidade de fala do subalterno, não apenas problematiza o silenciamento estrutural produzido pelas formações discursivas coloniais, mas evidencia que a mediação epistêmica frequentemente reinscreve o subalterno no lugar de objeto de discurso, ao tempo que lhe retira a condição de sujeito de enunciação, posto que falar não se resume ao ato de emitir palavras, mas implica ser reconhecido como portador de sentido (Spivak, 2010). Há, então, um deslocamento fundamental, enquanto se entende que o problema não é apenas a ausência de voz, mas a estrutura que regula o reconhecimento da fala.

No interior das epistemologias feministas, essa crítica assume contornos ainda mais explícitos, posto que bell hooks, ao defender a necessidade de erguer a voz como prática feminista e negra, ressalta que falar é gesto de enfrentamento às estruturas que produzem silenciamento, enquanto se afirma a centralidade da experiência situada na construção do pensamento crítico (hooks, 2019). Do mesmo modo, Djamila Ribeiro, ao discutir o conceito de lugar de fala, ressalta que toda produção de conhecimento parte de uma localização social, ao tempo que desmonta a ficção da neutralidade epistêmica e evidencia que a universalidade frequentemente encobre privilégios historicamente naturalizados (Ribeiro, 2017). Entende-se, assim, que questionar quem fala é também questionar como se escreve e sob quais normas se escreve.

É nesse horizonte que Gloria Anzaldúa, ao escrever a partir da experiência fronteiriça, desloca a escrita da condição de técnica acadêmica para a de prática de sobrevivência e invenção, enquanto articula língua, corpo e território como dimensões inseparáveis do ato de escrever, posto que, para a autora, escrever é atravessar fronteiras linguísticas e epistêmicas que historicamente interditaram mulheres racializadas (Anzaldúa, 2000; 2021). É pela escrita que se faz possível tensionar o cânone, ao tempo que se produz uma linguagem que não se submete inteiramente às formas consagradas do discurso acadêmico.

Diante desse cenário, o presente artigo parte da compreensão de que as políticas de escrita constituem dimensão central das disputas epistêmicas no interior da psicologia, tendo em vista que o modo como se escreve participa ativamente da produção de conhecimento e da delimitação de seus sujeitos autorizados. Assim, objetiva-se discutir como epistemologias feministas, negras e decoloniais reconfiguram as políticas de escrita na produção de conhecimento em psicologia, tomando a escrevivência, o lugar de fala e a voz subalterna não apenas como categorias analíticas, mas como possibilidades metodológicas que tensionam os regimes hegemônicos de enunciação.

Há, então, um duplo movimento que se anuncia, enquanto se denuncia a hegemonia de modelos epistêmicos excludentes e, simultaneamente, se afirma a escrita como campo de disputa política, no qual se decide não apenas o conteúdo do conhecimento, mas a própria forma de sua existência.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de natureza teórica, com delineamento qualitativo e caráter exploratório-analítico, orientado pelas contribuições das epistemologias feministas e decoloniais no campo da produção de conhecimento em psicologia. A investigação fundamenta-se em análise bibliográfica e documental de obras acadêmicas e literárias que problematizam as políticas de escrita, a escrevivência, o lugar de fala e a voz subalterna como operadores metodológicos.

As fontes de dados consistiram em livros e artigos científicos de autoras e autores centrais ao debate proposto, incluindo Gayatri Chakravorty Spivak, bell hooks, Djamila Ribeiro, Gloria Anzaldúa, Conceição Evaristo, Fernanda Felisberto, Margareth Rago, Camila Sosa Villada e pesquisadoras brasileiras do campo da psicologia que discutem políticas de escrita e práticas de resistência no interior da disciplina.

A análise foi conduzida por meio de leitura crítica e interpretativa das obras selecionadas, articulando as categorias centrais citadas em um movimento dialógico entre autoras, buscando identificar convergências, tensões e deslocamentos conceituais, bem como extrair implicações metodológicas para a produção de conhecimento em psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E DECOLONIAIS: RUPTURAS COM O CÂNONE ACADÊMICO

As epistemologias feministas e decoloniais constituem um campo heterogêneo de elaborações teóricas que, não obstante suas especificidades internas e suas distintas genealogias, convergem na crítica radical aos fundamentos da ciência moderna ocidental e na proposição de outros modos de produzir conhecimento. Essa crítica incide sobre o que se convencionou chamar de paradigma cartesiano, isto é, a concepção de um sujeito do conhecimento desencarnado, neutro e universal, cuja racionalidade operaria independentemente de sua inserção corporal, histórica e geopolítica no mundo. Tal sujeito, pretensamente capaz de acessar a verdade desde um ponto de vista de lugar nenhum, corresponde historicamente ao homem branco, europeu, proprietário e heterossexual, de modo que a universalidade proclamada pela ciência moderna encobre, sob o manto da objetividade, uma profunda particularidade que se impôs como norma epistêmica ao custo do apagamento sistemático de outras formas de saber.

Spivak (2010), ao interrogar as condições de possibilidade para que o subalterno fale, oferece uma contribuição decisiva para a compreensão dessa violência epistêmica, posto que sua análise evidencia como a própria estrutura do conhecimento ocidental foi edificada sobre a exclusão constitutiva de determinados sujeitos do campo da enunciação legítima. A autora demonstra que o problema não reside apenas na ausência empírica de voz, como se bastasse conceder espaço de fala para que a subalternidade fosse superada, mas na inexistência de condições estruturais de escuta que permitam ao subalterno ser reconhecido como sujeito de conhecimento. Há, nessa formulação, uma crítica contundente às políticas de representação que, ao pretenderem falar pelo outro, acabam por reinscrever a lógica colonial que tomam como alvo, na medida em que mantêm intacta a posição de autoridade epistêmica do intelectual ocidental. Percebe-se, assim, que a questão colocada por Spivak não admite resolução fácil, exigindo uma transformação profunda nas gramáticas do saber que estruturam o que pode ser dito, por quem e em quais condições.

Hooks (2019), desde a tradição do feminismo negro estadunidense, oferece uma perspectiva complementar ao enfatizar o ato de erguer a voz como forma de resistência e de construção de subjetividade para aquelas e aqueles que foram historicamente destinados ao silêncio. A autora argumenta que a margem, longe de ser apenas lugar de privação e exclusão, pode ser ressignificada como espaço de resistência radical e de produção de conhecimento

crítico, posto que a experiência de quem ocupa as bordas do sistema permite uma visão privilegiada de suas engrenagens, de suas contradições e de suas violências. Pensar como feminista e pensar como negra, na proposição de hooks, não constitui exercício meramente intelectual, mas prática fundamental que articula pensamento e ação, teoria e experiência vivida, recusando a separação entre mente e corpo que sustenta o edifício epistemológico ocidental. Faz-se necessário, nessa perspectiva, reconhecer que o conhecimento é sempre produzido desde algum lugar, por corpos concretos atravessados por marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade, e que negar essa corporificação corresponde a uma estratégia de poder que beneficia aqueles cujos corpos foram historicamente universalizados.

O conceito de lugar de fala, conforme elaborado por Ribeiro (2017), emerge nesse contexto como ferramenta analítica que permite operacionalizar a crítica epistemológica feminista e decolonial, deslocando a discussão sobre autoridade epistêmica do plano individual para o estrutural. A filósofa brasileira, em diálogo com autoras como Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez e a própria Spivak, argumenta que o lugar de fala não se refere a uma autorização ou interdição de palavra baseada em identidades, mas às condições sociais que moldam perspectivas distintas sobre a realidade, de sorte que sujeitos diferentemente posicionados nas estruturas de poder têm acessos distintos a lugares de enunciação. Entende-se, a partir dessa formulação, que determinadas experiências são sistematicamente desautorizadas enquanto outras são alçadas à condição de conhecimento universal, o que revela o caráter político de toda produção de saber. Ribeiro (2017) ressalta que reivindicar o lugar de fala não significa afirmar que apenas determinados sujeitos podem falar sobre determinados temas, mas convocar à reflexividade sobre as hierarquias epistêmicas que organizam o campo do dizível e do audível, sobre quem historicamente teve o privilégio de falar e de ser ouvido e sobre os efeitos dessa distribuição desigual da palavra.

Gloria Anzaldúa, escritora chicana cuja obra transita entre a teoria, a poesia e a autobiografia, radicaliza essa perspectiva ao propor o corpo-território como lugar privilegiado de produção de conhecimento e ao reivindicar a condição fronteiriça como posição epistemológica. Em sua carta às mulheres escritoras do terceiro mundo, Anzaldúa (2000) denuncia o terrorismo linguístico que silencia aquelas que não dominam a língua do colonizador ou que se recusam a submeter sua escrita aos padrões acadêmicos hegemônicos, afirmando a necessidade de falar em línguas, isto é, de mobilizar todos os registros disponíveis para fazer emergir saberes que foram soterrados pela violência colonial. A autora propõe que

escrever constitui um ato de sobrevivência para mulheres racializadas, um modo de inscrever no mundo experiências que de outro modo seriam apagadas, de criar existência onde o sistema colonial decretou inexistência. Em seus ensaios reunidos sob o título provocativo que nomeia a vulva como ferida aberta, Anzaldúa (2021) aprofunda essa reflexão ao tematizar o corpo feminino racializado como território de violência e de resistência, como lugar desde o qual é possível produzir um conhecimento que não dissocia razão e emoção, teoria e carne, pensamento e dor.

Percebe-se, no conjunto dessas elaborações, que as epistemologias feministas e decoloniais não se limitam a reivindicar a inclusão de vozes marginalizadas no campo acadêmico, como se o problema fosse de mera representatividade, mas questionam os próprios critérios que definem o que conta como conhecimento legítimo. Há, nessas perspectivas, uma crítica à colonialidade do saber que extrapola a denúncia do silenciamento para interrogar as estruturas epistêmicas que produzem e reproduzem hierarquias entre saberes, corpos e territórios. Ao reivindicar a experiência corporificada, a localização geopolítica e a parcialidade assumida como condições de toda produção de conhecimento, essas autoras oferecem ferramentas para repensar não apenas o que se pesquisa, mas como se pesquisa, quem pesquisa e para quem se pesquisa, questões que assumem particular relevância para uma psicologia comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades que atravessam o campo psi.

ESCREVIVÊNCIA E ESCRITAS DE SI COMO MÉTODO

Se as epistemologias feministas e decoloniais oferecem as bases teóricas para uma crítica radical aos modos hegemônicos de produção de conhecimento, a escrevivência e as escritas de si emergem como práticas metodológicas que corporificam essa crítica, inscrevendo no texto acadêmico a experiência vivida, a memória coletiva e a dimensão afetiva do saber. O conceito de escrevivência, forjado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, constitui uma das mais potentes contribuições para pensar a escrita como ato simultaneamente estético, político e epistemológico, na medida em que recusa a cisão entre o sujeito que escreve e o objeto sobre o qual se escreve, entre a vida e a obra, entre o individual e o coletivo. Evaristo (2020), ao narrar a grafia-desenho de sua mãe como um dos lugares de nascimento de sua escrita, evidencia que o gesto de escrever não se origina no vazio, mas emerge de uma trama de experiências, afetos

e memórias que antecedem e atravessam o sujeito, de modo que a autoria individual se revela sempre como criação coletiva, como inscrição de uma história que excede os limites do eu.

A escrevivência, tal como elaborada por Evaristo (2020), distingue-se de uma simples escrita autobiográfica ou confessional, posto que não se trata de narrar a própria vida como exercício de autoexposição ou de reivindicação identitária, mas de fazer da experiência vivida matéria de conhecimento e de criação que interpela o mundo. A autora insiste que a escrevivência nasce do corpo, das marcas que a história inscreveu na carne, das cicatrizes que a violência colonial e patriarcal deixou nos corpos negros e femininos, de sorte que escrever desde esse lugar significa dar testemunho de uma experiência que foi sistematicamente apagada pelos discursos hegemônicos. Há, nessa formulação, uma dimensão ética irreduzível, na medida em que a escrevivência se compromete com a verdade da experiência vivida e recusa tanto a objetificação do outro quanto a neutralização da dor em nome de uma pretensa objetividade científica. Ressalta-se que a escrevivência não se confunde com vitimização ou com essencialismo identitário, posto que Evaristo a concebe como potência criadora, como capacidade de transformar a experiência da opressão em matéria de invenção e de resistência.

Felisberto (2020), ao propor a escrevivência como rota de escrita acadêmica, oferece uma contribuição fundamental para pensar as possibilidades de incorporação dessa práxis no contexto universitário, historicamente marcado pela exigência de objetividade e pelo apagamento do sujeito que pesquisa. A autora argumenta que assumir a escrevivência como método implica reconhecer que toda pesquisa é atravessada pela experiência de quem pesquisa, que os objetos de conhecimento não existem independentemente dos sujeitos que os interrogam e que a pretensa neutralidade acadêmica frequentemente encobre posições de privilégio que não precisam se nomear porque foram universalizadas. Felisberto (2020) demonstra que a escrevivência permite articular rigor e implicação, análise crítica e compromisso político, produção de conhecimento e transformação social, recusando a falsa dicotomia entre ciência e militância que muitas vezes opera para deslegitimar pesquisas engajadas. Entende-se, a partir dessa perspectiva, que a escrevivência não constitui abandono do rigor, mas sua resignificação em termos que reconhecem a corporificação, a localização e a parcialidade como condições de toda produção de saber.

Margareth Rago (2013), em sua análise das escritas de si feministas, oferece uma genealogia dessas práticas que permite situá-las no contexto mais amplo das transformações epistemológicas e políticas promovidas pelos feminismos contemporâneos. A autora

demonstra que a aventura de contar-se, longe de constituir exercício narcísico ou solipsista, representa uma forma de invenção da subjetividade que desafia os modelos identitários fixos e abre espaço para modos de existência dissidentes e para formas de conhecimento que acolhem a singularidade sem renunciar à análise crítica das estruturas sociais. Rago (2013) argumenta que as escritas de si feministas se distinguem das formas tradicionais de autobiografia masculina, marcadas pela linearidade, pela coerência e pela afirmação de um eu soberano, ao proporem narrativas fragmentárias, contraditórias e abertas, que reconhecem a multiplicidade constitutiva do sujeito e recusam a ilusão de transparência a si mesmo. Há, nessa perspectiva, uma dimensão ética e estética indissociáveis, posto que contar-se implica não apenas conhecer-se, mas inventar-se, criar possibilidades de existência que excedem os limites impostos pelas normas de gênero, raça e sexualidade.

Camila Sosa Villada (2024), em seu relato autobiográfico que narra a travessia de uma mulher trans pela escrita, radicaliza essas proposições ao fazer do corpo dissidente o próprio texto, ao inscrever na linguagem as marcas de uma existência que desafia as fronteiras do humano tal como definido pelo humanismo ocidental. A autora, ao nomear sua narrativa como viagem inútil, parece indicar que o valor da escrita não reside em sua finalidade, em sua capacidade de produzir resultados mensuráveis ou conhecimentos aplicáveis, mas no próprio gesto de inscrever no mundo uma existência que foi destinada ao apagamento, à abjeção e à morte. Villada (2024) demonstra que a trans/escrita constitui simultaneamente ato de sobrevivência e de criação, modo de resistir à violência que incide sobre os corpos trans e de inventar formas de vida que excedem os scripts disponíveis, o que permite pensar a escrita como tecnologia de produção de si e de mundos outros. Percebe-se, na obra de Villada, que as escritas de si não constituem mero registro de experiências prévias, mas práticas performativas que produzem aquilo que nomeiam, que criam existência onde o sistema colonial, patriarcal e cisheteronormativo decretou inexistência.

Faz-se necessário reconhecer que a escrevivência e as escritas de si, enquanto métodos de produção de conhecimento, colocam desafios significativos para os modos tradicionais de validação do saber acadêmico, ao tempo que abrem possibilidades inéditas para uma ciência comprometida com a justiça epistêmica e com a transformação social. Essas práticas exigem critérios de avaliação que reconheçam o valor da experiência corporificada, da implicação do pesquisador e da dimensão estética da escrita, sem que isso signifique abandono do rigor ou relativização da verdade. Há, nessas perspectivas, uma aposta na potência cognitiva da

narrativa, na capacidade da escrita de si de produzir conhecimentos que escapam às formas tradicionais de conceitualização e que interpelam o leitor não apenas em sua racionalidade, mas em sua sensibilidade e em seu corpo. Entende-se, assim, que assumir a escrevivência e as escritas de si como método implica transformar não apenas o que se pesquisa, mas o próprio modo de pesquisar e de escrever, deslocando a psicologia de sua posição de saber sobre o outro para uma práxis de saber com o outro e desde si mesma.

POLÍTICAS DE ESCRITA NA PSICOLOGIA: RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES

A psicologia, enquanto campo disciplinar constituído no contexto da modernidade ocidental, carrega em suas práticas de escrita as marcas dos modelos epistêmicos que presidiram sua emergência, notadamente a exigência de objetividade, a separação entre sujeito e objeto e a pretensão de neutralidade axiológica que caracterizam o paradigma científico hegemônico. Interrogar as políticas de escrita na psicologia implica, portanto, desnaturalizar os modos consolidados de produção textual no campo psi, evidenciando seu caráter histórico e político e abrindo espaço para práticas de escrita que acolham a corporificação do saber, a implicação do pesquisador e a dimensão ética e estética da produção de conhecimento. Oliveira, Rocha, Moreira e Hüning (2019), ao afirmarem que seu lugar é no cascalho, oferecem uma imagem potente para pensar as políticas de escrita como práticas de resistência que se produzem nas bordas, nos restos, naquilo que o discurso hegemônico descarta como não científico ou não relevante. As autoras argumentam que escrever desde o cascalho significa recusar o lugar asséptico e elevado que a ciência tradicional reivindica para si, assumindo a precariedade, a provisoriade e a corporificação como condições de toda produção de conhecimento.

O texto de Oliveira et al. (2019) propõe que as políticas de escrita na psicologia devem ser pensadas em sua articulação com as políticas de vida, posto que os modos de escrever não são independentes dos modos de existir e das lutas que atravessam o campo social. As autoras demonstram que a escrita acadêmica hegemônica opera frequentemente como dispositivo de silenciamento, ao impor formatos, linguagens e critérios de validação que excluem experiências, saberes e modos de expressão que não se conformam aos padrões estabelecidos. Há, nessa perspectiva, uma crítica contundente à colonialidade que persiste nas práticas de escrita do campo psi, mesmo quando os conteúdos pesquisados pretendem-se críticos ou comprometidos com populações marginalizadas. Oliveira et al. (2019) ressaltam que não basta pesquisar temas relacionados às desigualdades sociais se os modos de escrita reproduzem as

hierarquias epistêmicas que sustentam essas mesmas desigualdades, de sorte que uma psicologia comprometida com a transformação social exige também a transformação de suas práticas de escrita, de seus modos de narrar, de citar, de argumentar e de se posicionar no texto.

Oliveira (2020), ao propor a docência como performance feminista, amplia essa reflexão para o campo da formação em psicologia, evidenciando como as práticas pedagógicas e as políticas de escrita estão intimamente articuladas na produção de subjetividades profissionais. A autora argumenta que a sala de aula constitui um espaço privilegiado para a experimentação de outros modos de produzir e compartilhar conhecimento, modos que acolham a corporificação, a afetividade e a dimensão performática do saber. Oliveira (2020) demonstra que assumir a docência como performance feminista implica recusar a posição de suposto saber que tradicionalmente caracteriza o lugar docente, abrindo espaço para relações pedagógicas mais horizontais e para práticas de escrita que reconheçam a multiplicidade de vozes e experiências que compõem o espaço formativo. Percebe-se, nessa proposição, que as políticas de escrita não se restringem ao momento da produção textual, mas atravessam todo o processo de formação e pesquisa, desde a definição dos problemas até os modos de circulação e validação do conhecimento produzido.

Ressalta-se que as políticas de escrita na psicologia não constituem questão meramente estilística ou formal, mas dizem respeito às condições de possibilidade para que determinadas vozes sejam ouvidas, determinadas experiências sejam reconhecidas como legítimas e determinados saberes sejam validados como conhecimento. Ao interrogar quem pode escrever, sobre o que se pode escrever, em qual linguagem e segundo quais formatos, as políticas de escrita revelam as relações de poder que atravessam o campo psi e que determinam hierarquias entre saberes, corpos e territórios. Há, nessa perspectiva, uma tarefa urgente de descolonização das práticas de escrita em psicologia, o que implica não apenas incluir vozes marginalizadas no campo acadêmico, mas transformar os próprios critérios que definem o que conta como escrita legítima, como pesquisa válida, como conhecimento relevante. Entende-se que essa tarefa exige experimentação, risco e disposição para habitar o desconforto de práticas que ainda não estão plenamente legitimadas, o que demanda também a construção de redes de solidariedade e de espaços coletivos de produção e validação de conhecimento.

As contribuições de Oliveira et al. (2019) e Oliveira (2020) permitem pensar que as políticas de escrita na psicologia constituem um campo de disputas onde se jogam não apenas questões epistemológicas, mas éticas e políticas fundamentais para o futuro da disciplina. Faz-

se necessário reconhecer que os modos hegemônicos de escrita acadêmica, ao exigirem objetividade, neutralidade e apagamento do sujeito que pesquisa, produzem efeitos de poder que beneficiam determinadas posições e silenciam outras, de sorte que transformar essas práticas constitui condição para uma psicologia efetivamente comprometida com a justiça social. As autoras demonstram que resistir às políticas de escrita hegemônicas não significa abandonar o rigor ou a seriedade acadêmica, mas ressignificá-los em termos que reconheçam a corporificação, a localização e a implicação como condições de toda produção de conhecimento, abrindo espaço para escritas que sejam simultaneamente rigorosas e encarnadas, analíticas e afetivas, críticas e propositivas.

ARTICULAÇÕES: POR UMA PSICOLOGIA QUE SE ESCREVE DESDE AS MARGENS

As reflexões desenvolvidas nas seções anteriores convergem para a proposição de uma psicologia que se escreve desde as margens, isto é, que assume a localização, a corporificação e a parcialidade como condições de toda produção de conhecimento e que faz dessa assunção não uma limitação, mas uma potência epistemológica, ética e política. Articular as epistemologias feministas e decoloniais, a escrevivência e as escritas de si, e as políticas de escrita como práticas de resistência implica reconhecer que essas perspectivas, embora distintas em suas genealogias e ênfases, compartilham uma crítica comum aos modos hegemônicos de produção de conhecimento e uma aposta na potência transformadora de saberes que emergem das experiências de quem foi historicamente excluído do campo da enunciação legítima. Spivak (2010), ao interrogar as condições de possibilidade para que o subalterno fale, coloca uma questão que atravessa todas essas perspectivas, na medida em que evidencia que o problema não reside apenas na ausência de voz, mas na inexistência de condições estruturais de escuta que permitam ao subalterno ser reconhecido como sujeito de conhecimento.

Hooks (2019), ao reivindicar a margem como lugar de resistência e de produção de conhecimento crítico, oferece uma chave para pensar o potencial epistemológico das posições subalternas, demonstrando que a experiência de quem ocupa as bordas do sistema permite uma visão privilegiada de suas engrenagens, de suas contradições e de suas violências. A autora argumenta que pensar como feminista e pensar como negra constitui uma práxis que recusa a separação entre teoria e vida, entre razão e experiência, o que ressoa profundamente com a proposição da escrevivência de Evaristo (2020) e com as escritas de si feministas analisadas por Rago (2013). Há, nessas perspectivas, uma aposta na potência cognitiva da experiência

corporificada, na capacidade dos saberes que emergem da carne, da dor e da resistência de produzir conhecimentos que interpelam não apenas a racionalidade, mas a sensibilidade e o corpo de quem lê. Anzaldúa (2000, 2021), ao propor a escrita como ato de sobrevivência e ao reivindicar o corpo-território como lugar de conhecimento, radicaliza essa proposição, demonstrando que para mulheres racializadas escrever significa criar existência onde o sistema colonial decretou inexistência.

Ribeiro (2017), ao sistematizar o conceito de lugar de fala, oferece uma ferramenta analítica que permite operacionalizar essas proposições no contexto acadêmico, deslocando a discussão sobre autoridade epistêmica do plano individual para o estrutural e convocando à reflexividade sobre as hierarquias que organizam o campo do dizível e do audível. A autora demonstra que reivindicar o lugar de fala não significa interditar a palavra alheia, mas reconhecer que as condições sociais de existência configuram perspectivas distintas sobre o mundo e que determinadas experiências foram historicamente desautorizadas enquanto outras foram alçadas à condição de conhecimento universal. Felisberto (2020), ao propor a escrevivência como rota de escrita acadêmica, demonstra que é possível articular rigor e implicação, análise crítica e compromisso político, produção de conhecimento e transformação social no interior da universidade, recusando a falsa dicotomia entre ciência e militância. Villada (2024), ao fazer do corpo trans o próprio texto, evidencia que as escritas de si constituem práticas performativas que produzem aquilo que nomeiam, que criam existência e mundos outros através do gesto de inscrever na linguagem experiências que foram destinadas ao apagamento.

As contribuições de Oliveira et al. (2019) e Oliveira (2020) permitem situar essas reflexões no campo específico da psicologia, demonstrando que as políticas de escrita constituem um terreno fundamental de disputa para uma disciplina que pretenda comprometer-se com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades. As autoras evidenciam que não basta pesquisar temas relacionados às populações marginalizadas se os modos de escrita reproduzem as hierarquias epistêmicas que sustentam as opressões, de sorte que uma psicologia crítica exige também a crítica de suas próprias práticas de produção textual. Faz-se necessário, nessa perspectiva, experimentar outros modos de escrever, de narrar, de citar e de argumentar, modos que acolham a corporificação, a afetividade e a dimensão estética do conhecimento sem renunciar ao rigor e à seriedade que a produção acadêmica demanda. Entende-se que essa experimentação não pode ser individual, mas exige a construção

de redes de solidariedade, de espaços coletivos de produção e validação de conhecimento e de políticas institucionais que reconheçam e legitimem práticas de escrita dissidentes.

Percebe-se, no conjunto dessas elaborações, que escrever desde as margens não constitui abandono da pretensão de verdade ou relativização do conhecimento, mas sua ressignificação em termos que reconhecem a localização, a corporificação e a parcialidade como condições inescapáveis de toda produção de saber. A psicologia que se escreve desde as margens é aquela que assume sua posição no campo das lutas sociais, que reconhece os efeitos de poder de suas práticas de pesquisa e escrita e que se compromete com a criação de condições para que vozes historicamente silenciadas possam emergir não como objetos de conhecimento, mas como sujeitos de enunciação. Há, nessa proposição, uma dimensão ética irreduzível, na medida em que escrever desde as margens implica responsabilizar-se pelos efeitos do que se escreve, pelos modos como o conhecimento produzido pode servir à manutenção ou à transformação das estruturas de opressão. A escrevivência, o lugar de fala e a voz subalterna emergem, assim, não apenas como conceitos teóricos, mas como operadores metodológicos que permitem reconfigurar as práticas de pesquisa e escrita em psicologia na direção de uma ciência comprometida com a justiça epistêmica e com a invenção de mundos mais habitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso argumentativo desenvolvido neste artigo buscou evidenciar as contribuições das epistemologias feministas e decoloniais, da escrevivência e das escritas de si, e das políticas de escrita como práticas de resistência para a produção de conhecimento em psicologia, tomando a experiência corporificada, a localização do saber e a dimensão política da escrita como eixos articuladores. Demonstrou-se que essas perspectivas, ao questionarem os fundamentos do paradigma científico hegemônico e ao reivindicarem outros modos de produzir e validar conhecimento, oferecem ferramentas potentes para uma psicologia que pretenda comprometer-se com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades que atravessam o campo psi.

A crítica à violência epistêmica, tal como formulada por Spivak (2010), a reivindicação da margem como lugar de resistência, proposta por hooks (2019), o conceito de lugar de fala sistematizado por Ribeiro (2017) e a práxis da escrevivência elaborada por Evaristo (2020) convergem na denúncia dos mecanismos que historicamente excluíram determinados sujeitos

do campo da enunciação legítima e na proposição de alternativas que reconheçam a potência epistemológica das experiências subalternas.

Ressalta-se que assumir essas perspectivas como orientadoras da pesquisa e da escrita em psicologia implica não apenas transformar os conteúdos investigados, mas os próprios modos de investigar e de escrever, o que demanda disposição para experimentar, para correr riscos e para habitar o desconforto de práticas que ainda não estão plenamente legitimadas no campo acadêmico. As contribuições de Anzaldúa (2000, 2021), Felisberto (2020), Rago (2013), Villada (2024), Oliveira et al. (2019) e Oliveira (2020) demonstram que essa experimentação já está em curso, que existem práticas de escrita que articulam rigor e implicação, análise crítica e compromisso político, produção de conhecimento e invenção de si e de mundos outros. Faz-se necessário fortalecer essas práticas, construir redes de solidariedade que as sustentem e disputar as políticas institucionais que definem o que conta como pesquisa válida e como escrita legítima, de modo que a psicologia possa efetivamente contribuir para a criação de condições em que todas as vozes possam ser ouvidas, em que todos os corpos possam ser reconhecidos como sujeitos de conhecimento e em que a ciência se coloque a serviço da vida e não de sua administração.

Nessa proposição, faz-se uma aposta ética e política que excede os limites da discussão epistemológica, na medida em que escrever desde as margens significa comprometer-se com a criação de mundos mais justos, mais plurais e, conseqüentemente, mais habitáveis. A escrevivência, o lugar de fala e a voz subalterna, tomados como método, apontam para uma psicologia que não apenas estuda a subjetividade, mas que se implica em sua produção, que reconhece os efeitos de poder de suas práticas e que assume sua responsabilidade na transformação das condições que geram sofrimento e exclusão. Entende-se que esse caminho não está dado de antemão, que exige invenção contínua e disposição para o diálogo com saberes e experiências que historicamente foram desconsiderados pela ciência hegemônica.

As autoras aqui mobilizadas oferecem pistas, ferramentas e inspirações para essa travessia, demonstrando que é possível produzir conhecimento rigoroso e comprometido, que é possível escrever desde o corpo e desde a dor sem renunciar à análise crítica e que é possível fazer da psicologia um instrumento de resistência e de criação de possibilidades de vida.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-54.

FELISBERTO, F. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 74-83.

hooks, b. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

OLIVEIRA, E. C. S. A docência como uma performance feminista. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 3, p. 1-13, set. 2020.

OLIVEIRA, E. C. S.; ROCHA, K. A.; MOREIRA, L. E.; HÜNING, S. M. Meu lugar é no cascalho: políticas de escrita e resistências. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 31, p. 179-184, 2019.

RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VILLADA, C. S. **A viagem inútil: trans/escrita**. São Paulo: Fósforo Editora, 2024.